

## RESENHA

MATTOS, Marcelo Badaró. *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

Silvio Kanner Pereira Farias<sup>1</sup>

Marcelo Badaró Mattos é professor titular de História do Brasil na Universidade Federal Fluminense (UFF). Militante e pensador crítico marxista, tem se dedicado à histórica social do trabalho, com obras relevantes sobre trabalho e sindicalismo.

Em *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*, por exemplo, o autor tematiza a delimitação teórica e empírica da classe trabalhadora, ou do proletariado, em âmbito histórico e sociológico, e, por consequência, indaga-se sobre sua pertinência, ontem e hoje, para pensar a realidade das sociedades contemporâneas com base na tríade conceitual *classe, classe trabalhadora e luta de classes*. Como o próprio título sugere, o autor demonstra ao longo do livro que a categoria teórica *classe trabalhadora* permanece, de Marx aos nossos dias, como um objeto empiricamente delimitável e analiticamente fecundo para estudar os fenômenos históricos e sociais. Para isso, Mattos dividiu a obra em quatro partes. Na primeira, descortina a relação original entre marxismo e a classe trabalhadora, ressaltando o “encontro” dos fundadores do marxismo com as lutas operárias na França e Inglaterra da década de 1840. Na segunda, traça um quadro empírico do trabalho no Brasil contemporâneo, e faz isso por meio da categoria *proletariado*, demonstrando assim sua validade teórica. Na terceira, tendo como base o resgate teórico já empreendido, confronta algumas teses sociológicas sobre o trabalho as quais teriam a pretensão de “desvalidar” as categorias marxistas *classes* e *lutas de classes*. Na última parte do livro, o autor apresenta e se posiciona sobre o debate historiográfico recente a respeito da classe trabalhadora.

O livro é uma importante síntese sobre o tema das classes sociais e resulta de inúmeros trabalhos empíricos e da própria experiência teórica do autor. Como aspectos relevantes no debate sublinha-se a ideia de classe como categoria política presente originalmente em Marx e pouco afirmada por muitos autores, inclusive marxistas, posteriormente a Marx, e a perspectiva de classe como uma categoria objetiva por expropriação e não apenas por assalariamento, o que lhe permite ampliar o escopo empírico do conceito para além de outros autores, tanto aqueles que ainda estão presos à ideia redutora de “classe operária” como do próprio Ricardo Antunes (2009) para quem o assalariamento seria a unidade na diversidade que permitiria definir a realidade objetiva da classe. Pode-se adotar essas duas linhas ou perspectivas gerais da classe como categoria política e da objetividade por expropriação/desapossamento, para compreender o pensamento do autor e inserir-se com segurança no debate. Será isto o que segue.

A categoria *classe trabalhadora* ou *proletariado*, em Marx, não é uma elaboração imaginal. Tanto Marx quanto Engels viram realmente a classe trabalhadora em movimento, no mesmo tempo em que eram parte de um movimento rico de reflexão teórica e filosófica.

Marx e Engels encontraram-se de fato com a classe trabalhadora em seu processo de formação, mas por certo não a inventaram, como também não poderiam ter inventado uma categoria de análise que já estava presente no vocabulário da época..., no entanto, elaboraram um conjunto de análises e um método de entendimento das sociedades humanas em sua dinâmica histórica que tiveram na categoria classes sociais um dos seus alicerces fundamentais. (MATTOS, 2019, p. 21)

---

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia e Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

A categoria *classe* não estava apenas no vocabulário das massas, mas também nas reflexões teóricas da época. Inicialmente, na Inglaterra, o termo era utilizado no plural, no sentido objetivo, para se referir a diferentes ofícios – em seguida, passou a ser utilizado no singular, mas essa não foi uma simples mudança. O termo no singular indicava uma solidariedade nova de um grupo social em oposição a outros grupos, uma nova forma de apreender as desigualdades na sociedade. E isso indicava sua nova subjetividade.

Na França popularizou-se o termo *classe operária*, que por vezes é usado como sinônimo de classe trabalhadora e de outros, no sentido mais restrito de trabalhadores industriais, que, no entanto, não tinham tradução em alemão. A base linguística do termo marxista original provém do inglês e do alemão – *working classe* e *Arbeiterklass* – e pode ser traduzido sem erros para *classe trabalhadora* ou *proletariado*. Já o termo em francês – *classe ouvrier* – pode produzir equívocos.

O autor segue a trilha do conceito em Marx. Demonstra que já na Ideologia Alemã, de 1845, o papel das classes e de seus conflitos no processo histórico e social é central (MATTOS, 2019). Disso deduz que a “luta de classes” é central na definição de classes, ou seja, que sua dimensão subjetiva e política é ressaltada e com isso seu potencial revolucionário. Apoiando-se nos *Manuscritos Econômicos-filosóficos*, publicados por Marx em 1844, Mattos transcreve o seguinte trecho: “classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real” (MARX, 2004, p. 30), para assinalar a classe como resultado de processos de luta social.

Adicionalmente à politização da categoria *classe*, o autor defende a amplitude do conceito em Marx ao afirmar que não há restrições ao uso do conceito no marxismo original. Marx nunca restringiu essa categoria ao operariado industrial nem àqueles identificados com o trabalho produtivo e material. O fundamental aqui é a compreensão da classe como processo. A consciência ou subjetividade é um resultado que não decorre imediatamente das condições econômicas, mas sim dos processos de luta. Com isso, livramo-nos de todo determinismo econômico.

É então que, seguindo a trilha da subjetividade potencialmente revolucionária do proletariado, Marx elabora o comunismo, e aqui a teoria se conecta à vida real, a filosofia rende-se ao sujeito e torna-se filosofia da *práxis*, porque, ao se libertar, o proletariado libertaria toda a sociedade, extinguindo as sociedades de classes. Pode-se então afirmar que o proletariado teria uma missão histórica, mas sua simples existência não pode ser condição suficiente para sua realização (MATTOS, 2019). A missão existe em potencial, mas depende da formação da subjetividade. Entretanto, no processo de formação da subjetividade existem outros determinantes, decorrentes do fato simples de que a classe trabalhadora não é homogênea, problema que se agrava com a amplitude do conceito. As diferenças no interior da classe, objetivas e subjetivas, abrem diversas perspectivas de reposicionamento em relação ao potencial revolucionário do proletariado e é com base nesse ponto que o autor conecta o debate sobre os novos sujeitos.

Para Mattos (2019), o problema do significado da heterogeneidade de classe e das distintas experiências de opressão, combinadas com exploração, não pode ser contornado simplesmente pela afirmação do primado analítico da categoria *classe social*. O ponto básico é compreender o capitalismo como uma totalidade dinâmica e contraditória. As diferentes formas de opressão são transformadas e incorporadas pelo capitalismo, cujo sentido geral é sua funcionalidade para a produção de capital. O caso do patriarcado que, ao inferiorizar a mulher a mantém presa na esfera privada, garantindo a reprodução da força de trabalho ou a incorpora

ao mercado com salários reduzidos, é típico. Resta reconhecer, porém, que a condição de classe não é a única fonte de subjetividade:

Diferenças de classe, estatuto civil, etnia e raça geram distintas formas de subjetividade. Assim, mais do que estabelecerem uma identidade “primária” que orienta um sujeito coletivo homogêneo e autônomo, posições de gênero interagem com as de classe e raça, atuando de forma complexa na determinação das formas específicas – e hierarquizadas – de como as opressões são vividas subjetivamente. (MATTOS, 2019, p. 63)

O fundamental é que o marxismo, de ontem e de hoje, permite integrar todas essas clivagens e subjetividades, mesmo sendo um desafio, visto que outros marxistas, inclusive Marx e Engels, já o fizeram, assim como José Carlos Mariátegui, devidamente lembrado por Mattos (2019).

A segunda parte do texto é um panorama do trabalho no mundo. Conforme cita o autor, 54% dos habitantes do mundo vivem em cidades e o total de pessoas empregadas no mundo atingiu 3,25 bilhões em 2016, o que implica dizer que nos últimos anos vivemos um intenso processo de proletarização. O autor afirma ainda que a grande marca do mercado de trabalho mundial é a precarização (MATTOS, 2019) e passa a explorar alguns casos nacionais baseado em autores de referência em cada país. Em geral, salários mais baixos e produtividade mais elevada.

Na Alemanha, a expansão do emprego deu-se às expensas de sua qualidade, trabalho temporário, inseguro e que atinge mais duramente jovens, mulheres e imigrantes. No caso americano, demonstra a expansão da pobreza como fenômeno recente, que já alcançou 140 milhões de estadunidenses. No debate indiano, retrata o caso das indústrias “Tata”, que após a reabertura econômica do país, no início da década de 1990, adotaram uma reestruturação produtiva radical, quebrando a organização coletiva dos trabalhadores e precarizando as relações de trabalho. Enfim, na China, paradigma da nova configuração do trabalho no mundo e exemplo de industrialização por meio da exploração brutal da mão de obra migrante das zonas rurais e que reeditou a figura da fábrica-dormitório.

Porém, Mattos (2019), relativamente a outros autores, como Ruy Braga (2012), Guy Standing (2017) e Ricardo Antunes (2018), procede a relativizações interessantes no debate atual sobre precariado. Refiro-me à sua observação sobre a existência de condições de trabalho piores do que aquelas que vêm sendo chamadas de precarização. É o caso das relações de trabalho forçadas, a escravidão moderna, registradas no *Global Slavery Index*.

O Brasil segue a dinâmica mundial. Nos anos 1990, o desemprego no país passou a ser um fenômeno estrutural, o que para o autor explica o avanço da precarização. Seus reflexos são a queda na renda média mensal, o aumento da desigualdade de renda agravada pela condição racial e de gênero e a elevação sem precedentes do trabalho ilegal e informal.

De volta a Marx, o autor reafirma, com base na realidade empírica apresentada, a validade da “lei geral da acumulação” tanto no que se refere a seu aspecto social, como multiplicação do proletariado, quanto a seu aspecto econômico, como concentração de capital. Mesmo no quadro de uma gigantesca expansão econômica nos últimos anos, o desemprego e a pobreza comprovam da mesma forma a tese marxista clássica, a contradição fundamental entre trabalho e capital, com riqueza e pobreza se reproduzindo ao mesmo tempo.

Após a enorme expansão do emprego industrial no Sul global (Índia e China), confirma-se outro prognóstico de Marx, segundo o qual a ampliação do trabalho produtivo

permite a ampliação do trabalho improdutivo, atribuindo também a Marx a capacidade de haver se colocado no debate sobre o declínio relativo do emprego industrial. Esse conjunto de tipos de trabalho e trabalhadores também confirma a própria concepção ampliada de proletariado presente em Marx.

Percebemos duas questões interessantes no livro, relativamente ao debate sobre as lutas da classe trabalhadora. Primeiramente, o autor afirma que os conflitos do trabalho no Sul confirmam a potencialidade revolucionária do proletariado. Em seguida, faz a crítica correta às teses do declínio ou mesmo fim da classe trabalhadora como sendo eurocêntricas e redutoras, algo que já foi adiantado por Antunes (2009), embora Mattos (2019) acrescente que, para chegar a esse tipo de definição sobre a dinâmica da classe trabalhadora, os críticos do marxismo tomam a exceção pela regra ao afirmar como relação de emprego “padrão”, aquela do período fordista que foi vigente apenas para poucos países e em curto tempo.

Esse debate liga-se novamente ao tema do precariado com a concepção objetiva de classe trabalhadora por despossessão/expropriação. No século XIX, o emprego que hoje qualificamos como *precário* era o padrão. A situação que se considera padrão para se chamar atenção para o fenômeno da precarização, ou seja, o emprego do pós-guerra na Europa do Norte, é que constitui a excepcionalidade histórica, que decorreu de condições historicamente específicas da luta de classes: a revolução russa e o imperialismo. A condição de extrema insegurança que seria típica do “precariado” de Standing (2017) resulta da separação dos produtores de seus instrumentos de produção, da despossessão/expropriação que está na base da categoria proletário, conforme assinala Mattos: “a expropriação e o conseqüente desapossamento, define a proletarização” (2019, p. 115).

Nesse ponto, entendo que a crítica ao eurocentrismo das teses do fim do trabalho ou de sua centralidade para a sociabilidade já foi adiantada por Huws (2017), não considerada pelo autor e por Antunes (2018), em que Mattos (2019) se apoia para refutar as teses que negam ao proletariado a potencialidade de sujeito histórico do socialismo.

No entanto, a inclusão dos trabalhadores informais entre o proletariado carece de coerência analítica, haja vista que parte significativa da informalidade ocorre no setor comercial, sem relação direta com o processo de produção e em certo retorno ao artesanato (não na mesma forma histórica), em que estão ausentes as relações de produção capitalista. Nesse ponto, a informalidade estaria mais para uma pequena burguesia urbana intersticial. A menos que se entenda *informais* como assalariados com relações de trabalho capitalistas mascaradas, a exemplo de motoristas e entregadores de aplicativos, e não como detentores de “pequenos negócios” familiares e urbanos, como os camelôs. Mas não tenho dúvida de que essa perspectiva de se pensar objetivamente a classe trabalhadora por meio da categoria expropriação é relevante e nova para o debate brasileiro.

A terceira parte do livro é completamente nova no debate brasileiro. Nela o autor não se detém à defesa da classe trabalhadora como fenômeno objetivo ou ao trabalho como fenômeno societal central, embora também o faça, mas avança na defesa da classe enquanto sujeito, em linha com sua conceituação demonstrada anteriormente. Passa então a debater as teses que negam à classe trabalhadora o papel de sujeito histórico de transformação, em certos casos negando inclusive sua relevância objetiva para a acumulação do capital. De imediato, Mattos (2019) reconhece, como a maioria dos analistas, que os fenômenos objetivos implicaram um recuo na filiação sindical e no volume de greves em escala mundial e que o novo contexto teria um impacto negativo na organização da classe trabalhadora. Com base nisso, André Gorz (1982) desferiu um forte ataque. Afirma uma crise do marxismo que teria como natureza uma crise do

movimento operário em razão da separação entre desenvolvimento das forças produtivas e das contradições do capital. O desenvolvimento da tecnologia implica o fim da sociedade do trabalho. Essa perspectiva tem consequência direta na teoria do sujeito.

Além do fim do trabalho, o grupo Krisis, cujo principal autor fora Robert Kurz, e autores do “manifesto contra o trabalho” advogavam que as relações entre a classe trabalhadora e o capitalismo seriam de funcionalidade, não de contradição, logo não há superação possível. Avançando, percebe-se que o autor mais ousado na negativa da subjetividade revolucionária do proletariado é Moishe Pastone. Este não reconhece a dimensão ontológica do trabalho em Marx, afirma que este não aponta para a afirmação futura do proletariado e nega que exista em Marx uma relação paralela entre proletariado e socialismo e, por fim, afirma que as lutas dos trabalhadores impulsionam o capital no sentido da ampliação do mais-valor relativo e por isso atuam como “momentos do desenvolvimento da totalidade”. Falando de forma mais simples, as lutas são econômicas e não políticas e os trabalhadores querem apenas mudar sua vida enquanto trabalhadores, obtendo melhores salários e menor jornada de trabalho e não o fim do capitalismo. Para Mattos (2019), essa visão é reducionista e não está de acordo com a subjetividade do proletariado tal como Marx pensou. Conforme Mattos (2019), a experiência histórica não autoriza Pastone a concluir dessa forma e que, mesmo acusando certo “marxismo tradicional” de determinista, o próprio Pastone finda determinista, porque seu conceito de classe carece de dimensão política.

A última parte do livro é dedicada ao debate historiográfico sobre a categoria “classe trabalhadora”, ou seja, sobre sua pertinência ou não para o entendimento da história contemporânea. Os autores questionados são Patrick Joyce e Stedman Jones, que podem ser denominados de pós-estruturalistas.

Para Joyce, os historiadores atribuíram demasiado peso à identidade de classe e pouco relevo a outras identidades coletivas, como *povo* ou *humanidade* (MATTOS, 2019). Patrick Joyce identifica-se como parte da “virada linguística” e entende classe como uma categoria da imaginação. Como se sabe, para esses autores o fundamental é a relação entre termos e narrativas. Dessa forma, as mudanças na economia e na política transformaram o termo *classe* em uma palavra qualquer, fazendo-o perder força explicativa, fazendo-o “cair”. Para Stedman, *classe* deve então ser tratada como uma realidade discursiva e não ontológica, e por isso é interessante ver como Mattos o transcreve: “o esforço central passa a ser explicar as linguagens de classe a partir da natureza da política e não o caráter da política a partir da natureza das classes” (2019, p. 123).

Para debater com esses autores, Mattos (2019) recoloca em poucas linhas os elementos mais importantes dos autores-chave da historiografia marxista inglesa: E.P Thompson e E.J Hobsbawm. No fazer-se da classe operária inglesa, Thompson encontrou muito mais do que “discursos”; ele encontrou novas formas de relações sociais, empiricamente delimitáveis, como foi o caso da London Corresponding Society (LCS). A definição de *classe trabalhadora* em Thompson era ampla o suficiente para envolver ambas as dimensões, objetiva e subjetiva; a experiência e a consciência. A crítica pós-estruturalista à categoria *classe* resulta pouco profícua, mas o mesmo não se pode dizer da crítica referida ao seu nacionalismo metodológico e eucentrismo.

Apesar do imenso impacto que a obra de Thompson produziu e da revolução intelectual que a “história do trabalho dos anos 1960 e 1980” teria dado ensejo, permaneceu confinada aos limites nacionais. Mattos (2019) cita então a moderna abordagem do historiador holandês Marcel Van der Linden como fonte dessa crítica, conhecida como história global do trabalho.



Centralmente, essa crítica se refere às possíveis conexões entre as ocorrências econômicas e políticas no mundo e os processos objetivos e subjetivos que marcaram a dinâmica de formação e desenvolvimento da classe trabalhadora inglesa. Como consequência, nos marcos dessa nova perspectiva global do trabalho emergiu um relevante debate sobre o conceito de *classe trabalhadora*.

Mattos (2019) passa então a expor a nova abordagem conceitual de Van der Linden, para o qual, em diversas partes do globo, diferentes formas de trabalho, escravizado ou ‘livre’, por contratos, autônomo ou assalariado, doméstico ou externo, urbano ou rural, se apresentam de forma mais fluida e combinada tendo proposto a categoria de trabalhadores subalternos. A unidade na diversidade, para Van der Linden seria a condição de mercantilização coagida da força de trabalho (VAN DER LINDEN, 2013 p. 40), abrindo críticas ao próprio conceito de proletariado em Marx, por excluir os escravizados e o que se tornou conhecido como *lumpemproletariado*. Mattos (2009) corrobora a crítica de Van der Linden segundo a qual o lumpemproletariado aparece em Marx mais como uma categoria moral que econômica.

Mattos (2009) ainda reconhece a importância da ênfase no aspecto coercitivo do trabalho, principalmente se considerarmos a realidade empírica do Sul Global, mas ressalta que em Marx as analogias entre trabalho “livre” e trabalho escravo se referem sempre à coerção política e econômica identificável no assalariamento. Entendo aqui que faltou algo relevante. Ao abordar a diferença conceitual entre o trabalho escravo e o trabalho assalariado, da forma como se posicionou Mattos deixa a impressão de que Van der Linden apenas reafirma e ressalta o que Marx já disse, porém, em Marx, escravidão e assalariamento são duas categorias distintas, e as analogias são apenas pedagógicas.

Nesse ponto, o autor mergulha em diversos casos e obras de autores relevantes para demonstrar a pluralidade das formas de ser da classe trabalhadora. Recorre, portanto, ao trabalho de Jairus Banaji sobre o alargamento da ideia de relações de produção, à historiografia do trabalho indiana, à escravidão nas Américas no século XIX, enriquecendo muito a discussão, mas questionando, de forma adequada, seu aspecto de novidade. A ideia de formas diversas, variadas, fluidas e combinadas de exploração do trabalho e de sua articulação com o conceito de classe trabalhadora, inclusive em sua perspectiva subjetiva e revolucionária, não é nova. Marx referiu-se a esse fenômeno, assim como Mariátegui e Ruy Mauro Marini.

No entanto, assinala Mattos que a definição de classe trabalhadora vai além dos fenômenos meramente econômicos, e voltando aos eixos dessa resenha (e do livro), essa definição comporta também “uma dimensão política, de classe trabalhadora como sujeito social” (2019, p. 140). Chega-se a pensar que o autor vai descartar a contribuição do historiador holandês da “história global do trabalho”, mas não o faz. Ele então toma a categoria *trabalhadores subalternos* como ponto de partida para outro caminho que o levará ao reconhecimento da potencialidade analítica da categoria *classes (ou grupos) subalternos* de Gramsci.

A questão é que em termos puramente empíricos existe uma miríade de formas objetivas de exploração do trabalho pelo capital que não podem ser reduzidas a relações de assalariamento, assim como uma pluralidade de sujeitos em luta contra o capital. Então, ao conceito de classes subalternas correspondem àquelas que, na luta revolucionária, podem constituir-se em uma “frente única” anticapitalista, sempre importando o aspecto político.

Assim é que, sem desconsiderar a especificidade do proletariado e tão pouco sua potencialidade revolucionária, a ideia de “trabalhadores subalternos” pode ter seu potencial explicativo aumentado em contextos históricos em que o capital subordina diferentes grupos

sociais de diferentes formas se a perspectiva de classes subalternas, pensada com base na tendência à unificação na ação coletiva, lhe for acrescentada. A esse respeito, diz o autor:

Pensar a diversidade no tempo e no espaço das classes subalternas, sem perder de vista as especificidades das classes trabalhadoras, é útil não apenas para entender o passado do modo de produção capitalista, mas também sua atualidade. (MATTOS, 2019, p. 143)

Logo se vê a prioridade subjetiva da abordagem do autor, o que nos leva, logicamente, a questionar seu critério objetivo. A citação dos autores indianos dos “estudos subalternos”, sem uma crítica referente à sua objetividade, leva-nos a pensar que o conceito “duro” desses autores, referido como “toda a população que é subordinada em termos de classe, casta, idade, gênero e ofício, ou qualquer outro modo”, foi inteiramente assumido por Badaró Mattos. Seu recurso a Gramsci teria dupla função: pensar a subjetividade como unidade (em termos lógicos) e manter-se na perspectiva centralmente política do conceito de classe. A própria condição de subalternidade é a unidade para os indianos, que segundo Mattos (2009) sofreram depois forte influência do giro linguístico, distanciando-se do tema.

No debate específico sobre a classe trabalhadora, entendemos que o livro tem muitos méritos, centralmente o realce da perspectiva subjetiva, pouco discutida pelos autores e até mesmo por parte da esquerda, presos que estão no determinismo econômico. Mas o recurso a uma, nem sempre presente, tendência à ação coletiva frentista não sustenta a categoria *classes subalternas* em termos objetivos. A premissa de subordinação ao capital é demasiado genérica, e seu único sentido possível seria o empírico. Gramsci estava logicamente armando para propor um conceito como esse, a categoria lógica da unidade/distinção o permite, mas nos limites da “unidade na diversidade” o conceito de classes subalternas, tal como sustentado por Mattos (2019), carece do elemento objetivo da unidade, torna-se ecletismo.

Esta é a interpretação de alguém que não tem o mesmo nível do autor e que, mesmo se for julgada procedente, não tira o mérito do livro. Uma qualidade clara do texto é discutir com autores clássicos e contemporâneos. Além disso, envolve ampla gama de autores, escrevendo sobre um vasto período de tempo em espaço global com transições suaves e logicamente fundadas. Está por isso inscrito (embora eu não tenha autoridade para julgar, como já informei) entre as obras relevantes da complexa discussão sobre classes na contemporaneidade.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo/Edusp, 2012.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

HUWS, Ursula. **A formação do cibertariado**: trabalho virtual em um mundo real. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.

MARX, KARL. **Manuscritos Econômicos-filosóficos**. Trad. Jesus Raniere. São Paulo. Boitempo, 2004.

STANDING, Guy. **O precariado a nova classe perigosa**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VAN DER LINDEN. **Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2013.